

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL – CÂMPUS FELIZ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**REGIMENTO ESCOLAR:  
POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO COLETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CLÁUDIA LERMEN**

**Feliz  
2017**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL – CÂMPUS FELIZ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CLÁUDIA LERMEN**

**REGIMENTO ESCOLAR:  
POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO COLETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão apresentado junto ao Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – CâmpusFeliz – como requisito para obtenção do título

Orientadora: Prof<sup>a</sup>Ma. Andréia Veridiana Antich

Feliz  
2017

CLÁUDIA LERMEN

**REGIMENTO ESCOLAR:  
POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO COLETIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão apresentado junto ao Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Feliz – como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>Ma. Andréia Veridiana Antich

Aprovada em 21 de junho de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>Ma. Andréia Veridiana Antich(presidente)

---

Prof<sup>a</sup>Ma. Cristina Ceribola Crespam

---

Prof. Me. Júlio César de Vargas Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me permitir buscar novos caminhos e novas aprendizagens.

Meus pais que me incentivam e não medem esforços para me ver bem.

Obrigada por tudo! Amo vocês!

Minha orientadora Andreia, pelo carinho, incentivos e conhecimentos! Te admiro muito! Tua sabedoria me faz acreditar na educação e numa sociedade melhor.

Ao meu esposo Daniel que me ajuda, me motiva e comigo divide tudo, dificuldades, sonhos e alegrias. Vamos prosperar cada vez mais e sempre juntos.

E a minha princesa Elisa, que desenvolveu a pesquisa junto comigo, Filha é maravilhosa! Aprendi a fórmula perfeita do amor!

E a todas as crianças que fazem nossos dias serem perfeitos.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>5</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	8
1.2 OBJETIVO GERAL .....	9
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	9
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	9
<b>2 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA</b> .....	<b>12</b>
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RECORTE HISTÓRICO .....	14
<b>3 REGIMENTO ESCOLAR: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA</b> .....	<b>18</b>
3.1 REGIMENTO ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA .....	22
3.2 REGIMENTO ESCOLAR – CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	25
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>30</b>

## RESUMO

Esta pesquisa buscou entender o regimento escolar como uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes na educação infantil. O trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, sendo que o referencial teórico que estabeleceu as reflexões sobre a Educação Infantil e o regimento escolar foi fundamentado nos seguintes autores: Arroyo (2001), Bana (2010), Craydy (1998), Fochi (2013), Gomes e Bairros (2009), Libâneo (1994), Moraes (2004), Watanebe (1999) e Wolf (2007). A pesquisa possibilitou entender o documento, num processo e numa construção democrática coletiva. Compreendendo também a sua relevância para a organização administrativa e pedagógica da escola. Para, além disso, apresentou o regimento escolar como uma estrutura que operacionaliza e fundamenta as reais necessidades do cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Regimento escolar; Educação infantil; Participação democrática.

## ABSTRACT

This research sought to understand the school regiment as a research tool and basis for teaching practices in early childhood education. The work was characterized as a qualitative bibliographical research, and the theoretical reference that established the reflections on Early Childhood Education and the school regiment was based on the following authors: Arroyo (2001), Bana (2010), Craydy (1998), Fochi (2013), Gomes and Bairros (2009), Libâneo (1994), Moraes (2004), Watanebe (1999) and Wolf (2007). The research made it possible to understand the document, in a process and in a collective democratic construction. Understanding also its relevance to and the administrative and pedagogical organization of the school. In addition, he presented the school regiment as a structure that operationalizes and substantiates the real needs of everyday school.

**Keywords:** School regiment; Childhood education; Democratic participation.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema que balizou esta pesquisa é o Regimento Escolar. Instigo-me a pesquisá-lo, pois atuo na Educação Infantil desde agosto de 1999. Inúmeras mudanças surgiram dessa data até o momento atual dentro da escola e também em todos os aspectos de organização da sociedade como, economia, política, avanços tecnológicos, invenções e descobertas nas diversas áreas do conhecimento. Enfim, pode-se afirmar que as próprias pessoas são responsáveis por todas essas modificações que aconteceram, estão acontecendo e ainda vão acontecer ao longo do processo de humanização da sociedade. Segundo Arroyo (2011) todo este processo de humanização nos traz como base as aprendizagens, o progresso e o desenvolvimento social.

Nesta minha trajetória docente, dentro da sala de aula, vejo que um dos maiores desafios da educação contemporânea é a falta de limites dos alunos, ou seja, as famílias estão perdidas nesta “confusão” da sociedade e as crianças vivem num agito, onde se pode tudo, e muitas vezes, não há zelo por valores. Existe a cobiça por necessidades e prioridades individuais, percebo que anseios coletivos, em muitas situações, deixaram de ser prioridade.

Sendo professora do Jardim “B”, atendia alunos entre 5 e 6 anos, enfrentando situações de indisciplina diariamente. Tinha alunos que, ao serem contrariados ou “quando não estavam a fim de fazer algo”, reagiam de modo agressivo, batendo nos colegas e nas professoras, chutando e mordendo quem tentava interferir nos momentos de explosão.

Essa foi uma das experiências que me deixou bastante intrigada. Nos momentos de descontrole as pessoas geralmente se afastam desses alunos. Como professora, procuro a melhor forma de conter tal situação para que não machuquem os demais colegas. Diante disso, fui à procura de um documento legal que me dava suporte para auxiliar esses alunos e minimizar esses fatos na escola. Poderia ter contornado a situação até o final do ano e transferir o problema para a Escola de Ensino Fundamental, mas tenho a consciência do meu papel dentro da sala de aula e também na sociedade. Por isso, não posso ser omissa diante de uma situação grave de indisciplina. Sabemos que regras existem na sociedade e todos nós temos o dever de cumpri-las, respeitando o direito do outro.

Esse foi um momento de indignação e inquietação. Buscando documentos



que poderiam me apresentar algo sobre essa situação, encontrei na escola somente o Projeto Político Pedagógico. O Regimento estava na Secretaria de Educação, sendo igual para todas as escolas, desatualizado e não contemplando as necessidades individuais de cada comunidade. Esta escola está localizada na região do Vale do Caí.

No curso de Especialização em Gestão Escolar, a partir de leitura e reflexões realizadas sobre a relevância da Gestão Democrática na construção dos documentos que orientam os profissionais no cotidiano escolar, dentre os documentos estudados constavam o PPP (Projeto Político Pedagógico) e o Regimento Escolar. Segundo Gomes e Bairros (2009), ao desenvolverem o texto Regimento escolar e projeto político pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática apresentam a necessidade destes documentos como referências para o funcionamento da Escola. Segundo as autoras, o Projeto Político Pedagógico de uma escola apresenta ideais que definem as práticas dentro da instituição de ensino a partir de anseios, objetivos, crenças e conhecimentos construídos numa proposta democrática, destacando a função da escola na sociedade e o Regimento Escolar organiza a operacionalização desse documento na escola.

Nesse contexto, reforço a minha convicção sobre a relevância de buscar maior compreensão sobre este tema. Por isso, terei como balizador o seguinte problema de pesquisa: Como o regimento escolar é utilizado para embasaras práticas docentes na educação infantil?

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 apresenta a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, sendo assim, toda criança tem o direito de frequentar a Escola de Educação Infantil. Sendo esta, um ambiente que lhe dê segurança e conforto, possibilite a sua aprendizagem, desenvolvendo as suas habilidades num contexto digno, prazeroso e de respeito às individualidades. Para, além disso, possibilitando um atendimento de qualidade e promovendo a construção de saberes e conhecimentos numa proposta pedagógica direcionada às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Para Bujes (1998), a educação da criança pequena envolve

simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. Sendo assim, a escola tem a função de organizar atividades direcionadas aos interesses das crianças e desenvolver um trabalho significativo que contribua para a verdadeira construção da aprendizagem na escola.

Visando o processo de aprendizagem significativa nas escolas de Educação Infantil necessita-se de profissionais comprometidos, responsáveis e conscientes do seu papel na sociedade, capazes de repensar as suas ações dentro da sala de aula. Para isso, necessitam muitas vezes, reconstruir as suas próprias práticas, fundamentadas em ideais democráticos e direcionando conhecimentos que vão além da transmissão de valores e conceitos.

Em consequência disso, é fundamental dar um suporte a esses novos paradigmas, vinculando a experiência às novas concepções de organização da educação no intento de construir princípios significativos para a sociedade.

Sendo assim, entendo a relevância desta pesquisa, pois pretende apresentar o regimento escolar como uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes na Educação Infantil, buscando compreender a sua construção a partir das necessidades reais que surgem no cotidiano escolar.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar como o regimento escolar pode ser uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes na educação infantil.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- apresentar a estrutura do regimento escolar (os conceitos e os princípios) que balizam a sua construção;
- analisar a necessidade deste documento para a organização administrativa e pedagógica da escola;
- compreender a construção do regimento escolar a partir das necessidades reais que surgem no cotidiano escolar.

## 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar o regimento escolar enquanto uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes na Educação Infantil será realizada uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental tendo como base para refletir, argumentar e estruturar esse estudo a leitura de livros, artigos, publicações e o regimento escolar.

Pesquisar significa realizar descobertas, segundo Barros (2007), é a busca de significados ou a solução de problemas. É um processo natural e fundamental do ser humano, que através de estudos e diagnósticos apresentam possibilidades para compreender fatos e diagnosticar alternativas. Sendo assim, para ser científica utiliza-se métodos e técnicas adequadas para obter dados relevantes e significativos seguindo etapas de uma organização lógica. Para o autor: “O conhecimento obtido pela investigação científica contribuirá para a ampliação do conhecimento já acumulado, bem como para a construção, reformulação e transformação de teorias científicas” (BARROS, 2007). Toda pesquisa articula investigação com atuação.

Para Minayo (2008), a pesquisa qualitativa visa situações que não são possíveis de quantificar, são sentidos, anseios, crenças e ações humanas. De acordo com a autora:

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2008).

Além desses aspectos, é preciso salientar que a pesquisa bibliográfica, segundo Fachin (2006) fornece o conhecimento na sua totalidade, são informações que contribuem no processo de pesquisa/aprendizagem que permitem compreender e assimilar conteúdos. São informações decorrentes de leituras de materiais gráficos e informatizados que necessitam ser organizados para pesquisas.

Uma pesquisa bibliográfica apresenta abordagens já elaboradas por outros estudiosos, explora conceitos já publicados e passos que norteiam a investigação.

Para Barros (2007):

No processo de formação do acadêmico, a pesquisa bibliográfica é de grande eficácia porque lhe permite obter uma postura científica quanto à elaboração de informações da produção científica já existente, quanto à

elaboração de relatórios e quanto à sistematização do conhecimento que lhe é transmitido no dia-a-dia (BARROS, 2007).

As informações bibliográficas são fragmentos que contribuem e servem como guia para elaborar, sistematizar e documentar novas descobertas de acordo com os objetivos e as inquietações que surgem no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, os autores utilizados para a fundamentação teórica desta pesquisa foram: na área da Educação Infantil: Craidy (1998), Fochi (2013), para o Regimento Escolar: Gomes e Bairros (2009), Moraes (2004), Watanebe (1999), Wolf (2007) e ao se tratar de Políticas de Organização Escolar: Arroyo (2001), Libâneo (1994). Sem detrimento de outras contribuições.

## 2 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O TEMA

Martha Medeiros é poeta, jornalista e cronista, todas as suas publicações me fazem pensar muito sobre a vida, nossos sonhos, angústias, aprendizagens e os significados que depositamos nos nossos desejos e escolhas. É sábia quando traz: “De norte a sul, de leste a oeste, todo mundo quer ser feliz. Não é tarefa das mais fáceis. A princípio bastaria ter saúde, dinheiro e amor, o que já é um pacote louvável, mas nossos desejos são ainda mais complexos (MEDEIROS, 2003).

Seus textos me encantam e me fazem refletir sobre a minha prática docente neste contexto atual de desafios onde o ter e o poder sobre o outro são questões de superioridade. Percebendo que o anseio em busca da felicidade acaba sendo um projeto individual e muitas vezes egoísta das pessoas.

Acredito na educação como caminho fundamental de mudanças nos ideais para o coletivo, como uma busca de sonhos e melhorias pela qualidade além das necessidades básicas de sobrevivência. São esses nossos anseios diários que motivam, nos fazem acreditar num sentido mais amplo da nossa própria existência, buscando confiança e um olhar otimista para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

Em decorrência dessas reflexões essa pesquisa tem como objetivo de apresentar o regimento escolar como uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes na educação infantil. Assim, busquei estudos realizados sobre o tema no banco de dados da Capes, Scielo e também nos endereços de Universidades.

Na sequência apresento três estudos sobre o regimento escolar, destacando que o assunto é desenvolvido, geralmente, no Ensino Fundamental e Médio, dificultando a busca na área da Educação Infantil.

Na tese sobre o papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública, Watanebe (1999) apresenta a análise da composição da escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para a sua sustentação. Watanebe (1999) identifica e compara as peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos da sua estrutura e funcionamento, analisa as expectativas de escolas, de Delegacias de Ensino e de Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão, avalia e compara as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas, bem como, as dos

profissionais da Delegacia e de Ensino e dos dirigentes das Entidades de Classe do Magistério em relação ao Regimento Escolar, em especial, com referência ao seu papel na escola. Segundo Watanebe (1999) os principais resultados da pesquisa são: não há uma integração total entre os diversos segmentos da escola, na Escola-Padrão o recebimento de recursos financeiros para desenvolver os projetos não autônomos do Plano Diretor contribuiu para a autonomia financeira e pedagógica e as escolas comuns não receberam recursos estando atreladas à Delegacia de Ensino e à Secretaria da Educação. Nas escolas pesquisadas o Regimento Escolar não é fruto do Projeto Pedagógico, não é ajustado aos novos tempos e à nova realidade. Watanebe (1999) apresenta o regimento escolar como ferramenta presente no dia-a-dia das escolas, porém nem todos os agentes internos têm conhecimento dele, chegando a desconhecê-lo. Watanebe (1999) ainda faz refletir para além, destacando que não há divulgação da existência e da importância deste documento, nem do seu conteúdo completo. Na pesquisa, a autora salienta que das três escolas pesquisadas, por intermédio do Conselho da Escola existe uma participação dos pais, alunos e professores na elaboração de normas disciplinares ou um código disciplinar e complementa que este é um indício de que as escolas são capazes de elaborar o seu próprio regimento escolar.

No decorrer de sua pesquisa apresenta algumas ações para tornar o regimento escolar real e efetivo na organização e funcionamento do trabalho na escola pública e sugestões de fases para a sua elaboração, direcionando para a autonomia das escolas libertando-se de algumas burocracias exigidas pela Secretaria da Educação. Apresenta também a estrutura do Projeto Político Pedagógico, destacando o regimento escolar como um elemento regulador, definindo-o como poderoso instrumento integrado ao projeto pedagógico, que define a forma de operar o funcionamento da Escola, acontecendo assim, uma relação direta nos órgãos e serviços que compõem a estrutura da Instituição.

Moraes (2004), na sua dissertação de Mestrado intitulada A vigilância e os registros no cotidiano escolar: para a construção do comportamento moral, apresenta a pesquisa realizada numa escola de nível fundamental e média rede pública de ensino do estado de São Paulo no município de Assis. Moraes (2004) traz apontamentos do Regimento Escolar e do livro de ocorrências disciplinares da escola. Mostrando que através das práticas normativas a escola vai adestrando seu olhar sobre a clientela, produzindo categorias, comparando e individualizando

alunos. Nas suas considerações Moraes (2004) faz refletir quando questiona “que espaço é esse?” E continua quando questiona as relações estabelecidas, a maneira e os dispositivos de objetivação e subjetivação que articulam o poder/saber e a verdade para a construção de um sujeito pedagógico. Para o autor, a proposta da escola visa normatizar seus alunos dentro de regras e não direciona um olhar atento a real necessidade da instituição.

Na dissertação de mestrado, Delgado Neto (2008) apresenta a investigação nos processos de elaboração do regimento escolar em escolas estaduais da diretoria de ensino de Bauru, São Paulo. O autor partiu do contexto de organização educacional do final da década de 1980 e início da década de 1990. Apresenta ainda, os princípios educacionais de autonomia e gestão democrática garantidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e no documento Normas Regimentais Básicas Para as Escolas Estaduais que serviu de referência para que as escolas elaborassem a partir de 1998 o seu próprio regimento. Destaca ainda a autonomia escolar, identificando no regimento das escolas questões que divergem dos princípios do documento Normas Regimental Básicas para as Escolas Estaduais. Para o pesquisador poucas alterações foram feitas na elaboração do próprio regimento da escola devido a dois fatores, destaca o contexto extremamente autoritário e centralizador e a pouca mobilização da comunidade escolar para romper com o paradigma que rege o sistema educacional.

A partir deste levantamento, destaco que a pesquisa realizada se diferencia dos estudos já feitos sobre o tema, pois terá como foco a Educação Infantil, tendo um olhar sobre a concepção e os conceitos utilizados na elaboração do regimento escolar desta etapa de ensino como uma ferramenta de pesquisa e embasamento para a prática docente. Sendo relevante pontuar que a busca em estudos já realizados geralmente envolve o Ensino Fundamental e Médio. Além disso, é importante enfatizar a escassez de materiais e publicações sobre o tema. Sendo assim, entendo ser importante apresentar alguns aspectos referentes à trajetória da educação infantil e das práticas docentes que articulam o cuidar e o educar.

## 2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RECORTE HISTÓRICO

De acordo com Bujes (1998) o processo de humanização e constituição dos

sujeitos no mundo da cultura é chamado educação. Este fenômeno segundo a autora é vivenciado pelas crianças, jovens e adultos que absorvem a cultura do seu grupo, reproduzem e a transformam, ou seja, a educação não é só um processo de transmissão, para, além disso, é uma produção de sentidos e significados coletivos.

Neste processo de humanização da sociedade Libâneo (1994) destaca a educação como uma prática social que ocorre em instituições e nas atividades humanas, é um preparo para a participação na vida social. Sobre educação o autor destaca que:

É um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social (LIBÂNEO, 1994, p. 16-17).

As práticas cotidianas direcionam e organizam a sociedade, promovem experiências em ações capazes de edificar mudanças gradativas e inconscientes nas pessoas resultando assim, num processo de transformação dos pensamentos e ideais. Fundamentam-se e aos poucos vão se estabelecendo como verdades de conhecimentos, valores, crenças, regras, conceitos e costumes. Todas essas influências acontecem num processo de assimilação, transmissão e atuação através dos vínculos que se estabelecem dentro de um grupo e são partilhados nas diferentes organizações sociais (LIBÂNEO, 1994).

Neste processo de evolução da sociedade, diferentes percepções e indagações foram surgindo, entre eles a concepção sobre criança. A educação da criança, segundo Bujes (1998) era responsabilidade da família ou do grupo ao qual ela pertencia. Durante muito tempo, aprendia com os adultos e também com as outras crianças, tornando-se assim, um membro desse grupo, participando de tradições e dominando conhecimentos necessários para sobreviver e preparando-se para as exigências da vida adulta. Portanto, a educação infantil como complemento da ação educativa da família é muito recente.

Nas mudanças de paradigmas e valores nesta caminhada da sociedade, a educação infantil foi determinando seu próprio percurso. Bujes (1998) destaca que cada época elaborou o seu conceito sobre o que é ser criança e as mudanças das características que ocorrem nesta fase do desenvolvimento. A autora destaca ainda



que a concepção sobre a criança como um sujeito em formação, suas experiências de infância e sua organização de pensamentos e práticas são conceitos históricos, variam de época para época, fazendo parte da própria estruturação da sociedade.

As transformações sociais e todas as mudanças no contexto da economia mundial contribuíram para o surgimento das Escolas de Educação Infantil. A partir da Revolução Industrial foram surgindo diferentes processos de organização que determinaram necessidades e direcionaram para o contexto atual da nossa sociedade. Destacando a nova estruturação das famílias, o papel da mulher na sociedade e a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, sendo que as mães necessitavam de um local para deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Nesse contexto político e social, conforme Bujes (1998) surgem as creches e a pré-escola.

Também destaco outros aspectos fundamentais dessa época para compreender o surgimento das instituições infantis, dando ênfase sobre a conduta e a moralidade das crianças, influências negativas do meio em que viviam, ameaças de exploração e a transformação em sujeitos úteis, produtivos e ajustados às exigências da sociedade. (BUJES, 1998).

Paralelamente ao processo histórico da educação e da sociedade, as escolas de educação infantil vêm desempenhando um papel fundamental, buscando um ambiente acolhedor para as crianças, com estímulos e objetivos definidos para o seu desenvolvimento integral. Nessa fase a criança estrutura a sua concepção de mundo, internaliza e organiza os seus conceitos e conhecimentos, portanto as propostas precisam ser claras, os objetivos definidos e elaborados para uma aprendizagem individual, já que cada criança se apropria de uma maneira particular do que lhe é transmitido ou daquilo que lhe é permitido vivenciar (BUJES, 1998).

As atividades planejadas com intencionalidade direcionam para uma aprendizagem significativa, onde educadores tecem propostas que vão ao encontro de desejos e necessidades das crianças, possibilitando assim, um ambiente mais prazeroso, afetivo e com um olhar direcionado nas individualidades. Nesse sentido, é fundamental oportunizar atividades de acordo com os interesses, habilidades e potencialidades de cada criança. Conhecer os interesses e as necessidades das crianças nessa faixa etária é fundamental para direcionar a ação pedagógica. Assim, o olhar integrado sobre o desenvolvimento infantil possibilita construir saberes e compreender que a mediação do adulto é essencial para aprendizagem, por isso o

educar e o cuidar são as ações pedagógicas conscientes que andam juntas, se complementam e são indissociáveis para o desenvolvimento infantil. (BUJES, 1998).

Sabendo que o ato “cuidar” envolve os cuidados primários, como a higiene, momento de dormir e a alimentação, segundo Bujes (1998) são rotinas e organizações diárias na escola que suprem as necessidades das crianças. Sendo assim, esses são procedimentos relacionados ao desenvolvimento biológico e referentes à saúde, cuidados ligados a ações de “educar”, elaborando significados às experiências vivenciadas.

A autonomia e a identidade da criança são construídas na totalidade e não em fragmentos, por isso as ações “cuidar” e “educar” acontecem respectivamente na prática educativa e devem ser organizadas de forma intencional com objetivos definidos e claros.

O processo histórico da educação infantil reorganizou definições a partir de novos paradigmas e definições sobre a criança. Dessa forma, compreende-se que a ação educativa deve ser direcionada aos interesses coletivos com um olhar que visa atender as necessidades individuais de cada criança dentro do seu contexto a partir de ações educativas conscientes, articuladas e planejadas.

Ao longo dessa caminhada aconteceram estudos importantes que articularam todos esses “acontecimentos sociais” com as práticas docentes, a fim de organizar as necessidades do cotidiano escolar. Assim sendo, a estrutura e a normatização da escola permite um trabalho mais efetivo e coerente com os objetivos que se deseja alcançar, atendendo às necessidades administrativas e pedagógicas da gestão democrática. E esse aspecto é que tratarei a seguir.

### 3 REGIMENTO ESCOLAR: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Visando uma escola pública democrática e participativa busca-se o regimento escolar como organizador administrativo, didático-pedagógico e disciplinar da instituição de ensino. Segundo Wolf (2007), este documento não necessita ser apresentando somente como um registro de domínio disciplinar, muitas vezes guardado e arquivado nas gavetas da instituição. O regimento deve ser “produto” de uma construção democrática pela comunidade escolar e “todos deveriam, não apenas conhecê-lo, mas também se responsabilizar por sua observância” (WOLF, 2007).

O dicionário Aurélio (2010, p. 197) define a palavra regimento como “um ato, efeito ou um modo de reger, de dirigir” e ainda “conjunto de normas que regem o funcionamento duma instituição de ensino”. Para Wolf (2007) a palavra no seu sentido epistemológico tem relação com administração.

Buscando o significado de administração no dicionário encontramos a definição “ação ou ato de administrar” e “conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar a estrutura e funcionamento de uma organização (empresa, órgão público, etc.)”. Nesse sentido, administrar significa coordenar e estruturar o funcionamento de alguma organização.

De acordo com Chiavenato (2000), a história da administração se dá a partir de princípios nas ciências matemáticas, humanas, físicas, no direito e na engenharia tendo a influência de filósofos, organizações da igreja católica, organização militar e revolução industrial numa hierarquia de funções, poder e decisões. Para o autor, a influência da ciência da administração surgiu com o desenvolvimento de uma sociedade com intensa pluralidade nas organizações administradas por dirigentes cada vez mais eficientes e eficazes, trazendo uma divisão do trabalho e nas funções, um controle de hierarquia visando resultados mais lucrativos, modificando a estrutura social e comercial.

Para Wolf (2007) a administração faz parte do processo de transformação da sociedade existindo desde a Antiguidade, mas somente no fim do século XIX surge a ciência da administração. Sua origem está associada à resolução de problemas de organização nas relações entre as pessoas, interesses políticos, diferenças de culturas e classes sociais.

Com Taylor (1856-1915), segundo Wolf (2007) surgem os primeiros estudos

sobre a área. A partir da indústria mecanizada há uma estrutura na organização das funções, focada no estudo do tempo, na execução de tarefas evitando a realização de serviços desnecessários. O planejamento, segundo esse modelo é um instrumento para o sucesso, podendo ser elaborados manuais detalhados para evitar o desperdício e a redução de custos.

De acordo com Wolf (2007), a revolução automobilística baseada nos princípios do taylorismo adota a montagem em série, onde o trabalhador executa uma etapa de produção nas esteiras rolantes que movimentam a matéria-prima. Esse modelo de organização Fordismo (Henry Ford 1863-1947) exige um treinamento imediato e mecânico, anulando a capacidade de criação e intervenção do operário. É um processo fragmentado que não possibilita o trabalhador a conhecer o processo como um todo.

Fayol (1841-1925) durante a I Guerra Mundial apresenta práticas de observação, recolhimento, classificação, interpretação de fatos e imposição de regras dando origem à escola de chefes, garantido poder aos dirigentes. O fayolismo defende a necessidade de subordinar o trabalho pessoal ao coletivo (WOLF, 2007).

O conceito de administração tem como foco “prever, organizar, mandar, coordenar e fiscalizar, as formas dessa subordinação são a divisão do trabalho, disciplina, unidade de comando, direção centralizada e hierarquização” (WOLF, 2007).

De acordo com Chiavenato (2000), a administração é o planejamento, estruturação e controle de organizações podendo essas ser lucrativas ou não. Em cada setor “social” há organizações diversificadas e diferenciadas, cada segmento tendo seus objetivos, atividades, mercado, funções, recursos, a partir de ideologias e políticas que articulam e planejam, desenvolvendo estratégias efetuando diagnósticos para definição de resultados. A administração são condutas e estruturação planejada para o controle das atividades que se dão na divisão do trabalho.

A Escola Clássica da Administração, segundo a autora apresenta uma nova divisão de tarefas:

Em que uns organizam, comandam e controlam e outros executam tarefas individualmente. Essa divisão demanda uma hierarquização na organização do trabalho, bem como uma definição dos diferentes papéis e funções a serem executados na empresa, cujas regras e normas também são previamente definidos. Isso significou a burocratização da atividade

administrativa, ou seja, sua organização racional/legal legitimada por regulamentos e normas racionalmente definidos e previamente estabelecidos, princípio de hierarquia, impessoalidade e documentação (WOLF, 2007, p. 5).

Nesse pressuposto de organização surgem os desafios do período industrial, em que objetivos da empresa não são prioridades dos funcionários, gerando descontentamento e queda nos lucros da empresa. Segundo Wolf (2007), diante desse desafio e com a necessidade de ter lucros para sobreviver, surge a Escola de Relações Humanas que visava um novo modelo de organização, baseada na Psicologia e na Sociologia. Tendo a contribuição de Kurt Lewin (1890-1947) o fundador da Psicologia Social, de John Dewey (1859-1952) filósofo e educador, Carl Rogers (1902-1987) psicanalista e psicopedagogo e Émile Durkheim (1858-1917) sociólogo, buscando uma dimensão mais humana do trabalho.

Dessa forma, a organização do trabalho focava uma preocupação com condutas, anseios e necessidades dos funcionários dentro da empresa visando uma organização para aumentar a produção e automaticamente os lucros.

A teoria comportamental surge a partir da década de 50. De acordo com Wolf (2007), as organizações são os resultados de um trabalho coordenado e inter-relacionado no grupo através da comunicação, uso de tecnologias e tomada de decisões. Já nos anos 70 a economia mundial se desestrutura, necessitando assim um novo sistema de administração, gerando a partir dos anos 90 discussões sobre os modelos de produção, necessitando de trabalhadores flexíveis capazes de exercer diferentes funções nos trabalhos em equipe. Nesta linha de produção, empregados tornam-se mais ativos, desempenhando diferentes habilidades, passando a perceber objetivos e estabelecendo metas de produção. Todas essas mudanças nas estruturas das empresas muitas vezes resultam em sobrecarga, competição e um controle na execução de tarefas.

Essa estrutura histórica-social das empresas influencia toda a organização no contexto escolar, visando objetivos para além da produtividade e lucratividade. A escola deve ser um local que forma pessoas a partir de um olhar social, onde os conflitos tornam-se fundamentais para discussões, tomada de decisões e ações práticas de aprendizagem.

Muitas vezes, a escola sob a influência das teorias de Taylor e Ford se organiza de modo vertical onde as propostas partem de cima para baixo, e conforme

Wolf (2007) cargos, funções e normas são apresentadas como “únicas e corretas” não dando espaço para diálogos e tomada de decisões coletivas. A administração da escola tem todo um histórico social, direcionado a princípios burocráticos e funcionalistas relacionados à organização de empresas, geralmente com um olhar capitalista.

Para Libâneo (2013), há pouca preocupação com a dinâmica interna, nas ações organizacionais e técnico-administrativas da escola. O autor nos traz duas concepções relacionadas à finalidade social e política da educação, a científico-racional e sociocrítica, que podem ser distinguidas na organização e gestão das instituições.

De acordo com o mesmo autor a concepção científico-racional apresenta a escola estruturada de modo burocrático e tecnicista, buscando os melhores índices de eficácia e eficiência, nos princípios de hierarquia de cargos e normas fazendo com que haja pouca participação da comunidade. Já a concepção sociocrítica tenta envolver as pessoas, organiza as ações de modo intencional onde todos possam participar da tomada de decisões através do diálogo (LIBÂNEO, 2013).

A escola organizada num olhar burocrático e tecnicista se distancia da comunidade, buscando modelos prontos de estruturação e documentação não dando espaço para uma identidade e apresentação real da escola, preocupando-se apenas com bons resultados. Nesse contexto, não há um sentido para a existência da escola na comunidade e nem a percepção da sua função social.

Numa gestão democrática que valoriza a participação da comunidade aproximando os interesses da escola com os anseios da sociedade, sistematiza toda a organização e fortalece o processo de aprendizagem dando assim, sentido à existência da escola (LIBÂNEO, 2013).

Para Wolf (2007) o regimento escolar deve ser elaborado coletivamente por todos os envolvidos no processo escolar, apresentando os conceitos e as características que identificam a escola. A educação é o objetivo da existência da escola na comunidade, por isso, o documento apresenta e regulamenta a finalidade e o funcionamento da instituição. Sendo assim, a construção do regimento pode ser uma ferramenta que possibilita a busca por ideais coletivos, onde todos são responsáveis pelo sucesso do trabalho realizado na escola, intensificando o processo de gestão democrática. Assim, a participação da comunidade escolar fortalece o compromisso com a aprendizagem.

### 3.1 REGIMENTO ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA

O regimento escolar, na maioria das vezes é um documento desconhecido na comunidade escolar, fazendo com que a estrutura de organização e funcionamento da escola esteja confusa. Geralmente, busca-se neste documento a solução das questões de indisciplina. De acordo com Bana (2010) o regimento escolar expressa a legalidade e a identidade da escola.

Analisando a organização do ensino nas escolas é fundamental ter a compreensão do processo histórico e social que acontece também na educação. A autora nos traz o regimento escolar dentro desse contexto histórico da educação, destacando a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 nº5692/71 que no Parágrafo Único do Artigo 2º apresenta “a organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação”.

Bana (2010) destaca ainda, o anteprojeto do Grupo de Trabalho da Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71 que previa como “disposição transitória” no Parágrafo Único do Artigo 62 que: “Nos dois primeiros anos de vigência desta lei, os estabelecimentos oficiais de 1º grau que não tenham regimento próprio, regularmente aprovado, deverão reger-se por normas expedidas pela administração do sistema” (BANA, 2010).

De acordo com a autora, o Conselho Federal de Educação ampliou essa solução, passando para “disposição geral” na redação do Artigo 70 da Lei nº 5692/71:

As administrações dos sistemas de ensino e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º e 2º graus por elas mantidos, um regimento comum que, assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserve a necessária flexibilidade didática de cada escola.

Assim, os estados usaram essa prerrogativa e construíram um Regimento Comum a toda rede de escolas estaduais e as secretarias municipais de educação também fizeram uso desse sistema de princípios “iguais” para todas as escolas.

As escolas, de acordo com Bana (2010) eram consideradas incapazes de

estruturar o seu próprio regimento, sendo mais prático seguir um esquema pronto e padrão. Com um olhar mais democrático de organização do sistema educacional do país, questionou-se o regimento escolar. Para a autora é um documento dentro de padrão e modelo político autoritário.

Ao longo do processo de estruturação da política nacional, percebeu-se os anseios pela democratização de relações nas escolas, notando-se gradativamente alguns avanços, entre eles a criação do Conselho Escolar. Através de comissões, discussões e participação de alguns segmentos da sociedade, foram aprovadas em outubro de 1991, as “Normas para a elaboração de Regimentos Escolares dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Discussões foram surgindo sobre os princípios de organização e autonomia das escolas como “unidade coletiva de trabalho e de interesse social público”, segundo Bana (2010), questiona-se assim, o Regimento Escolar Único<sup>1</sup>. A partir disso, iniciaram nas escolas processos de ação democrática para construir seus próprios princípios de funcionamento, valorizando a participação de todos nas decisões do contexto escolar.

A elaboração do regimento escolar de maneira coletiva é resultado de estudos, orientações e avanços que aconteceram durante um período de mudanças nos paradigmas sociais. É um trabalho que aconteceu de forma gradativa, muitas vezes num processo lento de amadurecimento de conceitos, fundamentada em ideais que visam cooperação, possibilidade de buscas e construção coletiva.

Se, por um lado, ele pode se configurar em um mecanismo autoritário, tanto no âmbito da própria escola, quanto no sistema, na medida em que impõe de cima para baixo um projeto político, como no caso da reforma do ensino empreendida pela Lei nº 5.692/71, por outro, o Regimento Escolar pode significar a síntese da reflexão coletiva da escola, avançando na construção de sua autonomia e de sua democratização (BANA, 2010).

Toda comunidade escolar é responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento da Escola. Para Bana (2010) é o envolvimento de todos que implica num processo visando uma construção significativa nos resultados, enfatizando os deveres coletivos. Assim, cada um é responsável pelo processo educacional com interesses e responsabilidades.

---

<sup>1</sup>Regimento escolar único elaborado pela Secretaria de Educação para todas as escolas, que fica arquivado na escola para consultas.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 também traz progressos que ampliam as discussões sobre o papel social da escola. Também sobre os processos formativos do ser humano que visam um olhar direcionado para os princípios de liberdade, exercício da cidadania e a atuação no mercado de trabalho. No contexto de estruturação do ensino destaca-se a participação de todos numa proposta a partir de uma gestão democrática.

O Artigo 3º da Lei nº9394/96 apresenta os princípios do ensino, fundamentais para compreender a função da escola na sociedade, assegurando assim, o direito de todos a uma educação de qualidade que contribua para a formação do educando, o desenvolvimento das suas habilidades e desempenho do seu papel social. O ensino será ministrado com base:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra escolar;
- XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

Já o Artigo 14 da LDBEN nº 9394/96 determina que os sistemas de ensino vão definir as normas da gestão democrática no ensino público de acordo com as peculiaridades de cada contexto conforme os princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No decorrer desse processo histórico, de organização e estruturação do ensino, mostrou-se fundamental a participação consciente de todos os envolvidos no ato de educar. Através da mobilização e engajamento de alunos, pais, professores, equipe diretiva, funcionários e comunidade na qual a escola está inserida, com ousadia e comprometimento de cada cidadão, concretiza-se ações que resultam num verdadeiro processo de construção de saberes. Sendo assim, a comunidade

sente-se responsável pelas ações que vão acontecendo no processo de escolarização e da aprendizagem.

O trabalho coletivo fundamentado em interesses comuns é uma caminhada, construída lentamente, com autonomia, espontaneidade, necessidades e desejos por mudanças.

### 3.2 REGIMENTO ESCOLAR – CONSTRUÇÃO COLETIVA

O regimento escolar é um instrumento que fundamenta e organiza a estrutura administrativa e pedagógica da escola, segundo Watanebe (1999). A elaboração do documento visa expressar os princípios da comunidade escolar através de um processo dialógico e coletivo. A autora apresenta o regimento como o resultado de um processo onde todos se envolvem e elaboram um conjunto de ideais, um compromisso que torna esse instrumento legítimo, conquistado e formulado. Assim, criando condições que visam um trabalho de qualidade dentro da escola.

A elaboração do regimento escolar de acordo com Watanebe (1999) é um desafio, já que todos os envolvidos no processo de estruturação do documento precisam ter princípios e objetivos em comum, tarefa que exige empenho e persistência. A participação é fundamental para a construção desse documento, pois as decisões fortalecem o contrato<sup>2</sup> visando um caminho para o processo de aprendizagem.

O regimento escolar é um documento com regras, com direitos e deveres de todos aqueles que fazem parte do contexto escolar: pais, alunos, funcionários, professores, diretor e coordenador, sendo assim, cada um têm clareza das suas atribuições e compromissos na função que desempenha.

Segundo Watanebe (1999), é uma lei interna, que regula e normatiza as relações de conduta na escola em virtude disso, deve ser político e pedagógico. Este documento traz alternativas e estratégias para a tomada de decisões e a comunidade escolar precisa ter consciência da sua importância. Assim sendo, ter acesso às “combinações feitas”, partindo do princípio de que todos são responsáveis pelo êxito no processo educacional que ocorre dentro da escola e se amplia para

---

<sup>2</sup>Conforme a definição encontrada no Dicionário Aurélio (2010), promulga pactos entre duas ou mais pessoas, que transferem entre si direitos e sujeitam-se a cumprir os deveres.

além do espaço escolar.

A elaboração deste documento precisa ser realizada de forma coletiva, onde a participação viabiliza formação e determina a escolha de metas e processos. A partir do envolvimento nas decisões tem-se um desafio comprometendo todos aqueles responsáveis pelo rumo das atividades, conquistando assim, a autonomia participativa e o exercício da cidadania.

Para Libâneo (2013), são necessários estímulos nas práticas de participação popular, assim as pessoas visualizam e avaliam as ações que elas conquistaram em prol de melhorias. Essa participação nas ações da escola permite uma intervenção na qualidade de ensino.

A participação, segundo Libâneo (2013) é a atuação de todos na gestão da escola: profissionais da educação e também os usuários (alunos e pais). Pontua ainda, como uma forma para conquistar a autonomia na escola. Sendo assim, a participação é um dos objetivos da escola e da própria educação. Sobre este processo coletivo, o autor nos faz refletir:

A escola é lugar de compartilhamento de valores e de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. Mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural (LIBÂNEO, 2013, p.117).

Numa organização com responsabilidades coletivas é possível envolver mais pessoas comprometidas e ativas no trabalho escolar para desenvolver competências que se aplicam para além da sala de aula. As aprendizagens construídas na escola tornam-se significativas quando podem ser “desenvolvidas” no cotidiano.

Segundo Gomes e Bairros (2009), o Projeto Político Pedagógico de uma escola apresenta ideais que definem as práticas dentro da instituição de ensino a partir de anseios, objetivos, crenças e conhecimentos construídos numa proposta democrática, e o regimento escolar, organiza a operacionalização desse documento. Planeja ações para que os desejos sejam realizados. Sendo assim, deve ser um documento organizado e elaborado num processo participativo, trazendo pontuações que normatizam o funcionamento da escola.

As autoras, nas suas definições, complementam que o PPP é a referência de escola desejada, apresentando as funções dos diferentes segmentos escolares,

no conhecimento, currículo, avaliação e nos demais aspectos que a escola considera necessário. Dessa forma, estrutura o modo como a escola se organizará para pôr em prática suas opções teóricas.

Assim, todos os envolvidos no processo de aprendizagem da comunidade escolar devem ter clareza dos objetivos, da organização e ações do regimento escolar. Pois, tais aspectos balizarão as práticas que serão realizadas, o funcionamento da instituição e as normas que mantêm a escola.

O professor empenhado com a sua função de educar e cuidar busca o regimento escolar como um caminho que direciona as suas funções, baliza as ações e traz registros de como proceder diante de situações do seu cotidiano. Gomes e Bairos (2009) destacam a complexidade de transpor os procedimentos operacionais, crenças e os conceitos que cada um ajuda a construir, já que cada pessoa tem seus ideais a partir de suas próprias vivências.

Através de desafios diários, o professor busca um conhecimento além daquele que já domina, se fortalece e se capacita, tendo condições para trazer propostas novas e motivadoras para o seu trabalho em sala de aula. Porém, para que ideais diferentes possam ser discutidos é fundamental o trabalho coletivo, possibilitando diálogos e ações que fortalecem anseios e objetivos a serem alcançados.

O regimento escolar é a materialização do PPP, segundo Gomes e Bairos (2009) com os registros de procedimentos, funções, atribuições e a composição de cada um dos diferentes segmentos e setores da escola. Desta forma, a comunidade escolar participa e tem claro todo o processo histórico, de organização e de normatização da instituição.

Com a construção do regimento escolar tem-se toda a funcionalidade, concepções e princípios organizados, onde cada um dos integrantes dessa instituição tem clareza da sua função. Wolf (2007) apresenta uma sugestão de roteiro: Preâmbulo – em que se deve relatar a história da escola, indicando seus Atos Oficiais e descrevendo as características da comunidade escolar; Título I – Das Disposições Preliminares, em que se faz a identificação, a localização da escola e a descrição de sua finalidade e de seus objetivos; Título II – Organização Escolar, onde deve ser explicada a organização de trabalho administrativo e didático-pedagógico. Neles devem constar as atribuições das diferentes equipes e órgãos colegiados da escola, bem como a descrição dos níveis e modalidade de ensino, sua estrutura e funcionamento e organização curricular; Título III – Direitos e Deveres da Comunidade Escolar, no qual deve ser descritos os direitos, os deveres, as proibições e as sanções aos membros dos diferentes segmentos da comunidade escolar; Título IV – Disposições Gerais e Transitórias, para tratar das disposições finais (WOLF, 2007, p. 20).

Na elaboração desse documento todos desempenham um papel fundamental na comunidade escolar, participando ativamente do contexto, da organização e estruturação da escola e principalmente tendo a consciência do seu papel social, onde as ações planejadas resultam num processo de ensino aprendizagem.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo desse trabalho entender o regimento como uma ferramenta de pesquisa e embasamento para as práticas docentes para a educação infantil busquei compreender a estrutura do regimento escolar, um documento fundamental que concretiza e dá suporte às ações, anseios e objetivos na escola. A inquietação surgiu após observar situações de falta de limites de alguns alunos e ausência de documentos como um balizador para resolver situações do cotidiano.

Desse modo, realizei uma pesquisa bibliográfica, tendo como o principal instrumento do trabalho a leitura de livros, artigos e publicações como base para reflexão e elaboração do trabalho. Enfatizo que existem poucas publicações sobre regimento escolar articulado à gestão da educação infantil. Existem, muitas pesquisas direcionadas às demais etapas do ensino.

Busquei analisar o regimento escolar a partir das necessidades reais que surgem no cotidiano escolar. Este documento é estruturado a partir de conceitos e princípios que norteiam as ações e os resultados.

Como professora, reforço a minha convicção sobre a relevância de buscar maior compreensão sobre o regimento escolar e a sua construção de forma democrática. Pois este dá suporte ao cotidiano da escola, que normatiza políticas e práticas, trazendo a definição de funções e anseios da comunidade escolar

Nessa discussão sobre o regimento escolar, a partir de uma construção coletiva, em que todos são responsáveis pelo processo de aprendizagem acredito nas inúmeras possibilidades e apresento alguns questionamentos: Não seria interessante se todos os envolvidos no processo de aprendizagem tivessem a oportunidade de manusear e conhecê-lo? Além disso, e se a Secretaria da educação possibilitasse a construção desse documento no grupo, no chão da educação infantil, numa formação continuada onde professores e a equipe gestora pensassem juntos a partir da realidade das necessidades do contexto?

Essas são algumas reflexões que podem dar base para uma nova pesquisa ampliando o estudo sobre a elaboração do regimento escolar como uma possibilidade de construção coletiva desse importante documento que embasa e traz norteadores de uma construção coletiva com autonomia juntamente com o PPP como ferramentas que orientam as práticas pedagógicas, dando sentido quando elaborados e construídos por toda comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BANA, Maria Ivonete Francisco. Regimento Escolar-Identidade do Estabelecimento de Ensino. In: Governo do Estado do Paraná. O professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense. **Produção Didático-Pedagógica**. Vol. 2, 2010.

Disponível em:

<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2010/2010\\_fafipa\\_gestao\\_pdp\\_maria\\_ivonet\\_francisco\\_bana.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_gestao_pdp_maria_ivonet_francisco_bana.pdf)> Acesso em: 26 mai. 2017.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: 2007.

BRASIL. **Leinº 9394/96** -Diretrizes e Bases da Educação Básica. República Federativa do Brasil. Brasília: 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 5692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil. In: CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Org.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: 2008.

FACHIN, Odília. **FundamentosdeMetodologia**. São Paulo: Saraiva: 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOCHI, Paulo Sergio. **Mas os bebês fazem o quê no Berçário, Heim?** Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOMES, Maria Beatriz; BAIRROS, Mariângela. Regimento escolar e projeto político pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática. **Revista Faced**, 2009. Disponível em:

<[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo3/regimento\\_escolar.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo3/regimento_escolar.pdf)>Acesso em:25 mai. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. São Paulo: Heccus, 2013.

MEDEIROS, Martha. **Montanha Russa**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2003.

MORAES, Ronaldo Ginez de. **A vigilância e os registros no cotidiano escolar: para a construção do comportamento moral**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

WATANEBE, Tsutaka. **O papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública**. 1999. 654f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

WOLF, MariangelaTantin. **Regimento Escolar de Escolas Públicas: para além do registro de normas**, 2007. Disponível em:  
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/216-4.pdf>>Acesso em: 25 mai. 2017.